

**AS LUTAS PELA REDEMOCRATIZAÇÃO EM VOLTA REDONDA (1974-1979)**

*Paulo Célio Soares<sup>1</sup>*

**RESUMO**

Este estudo focaliza as lutas pela redemocratização em Volta Redonda no período compreendido entre 1974 e 1979, marcado pela abertura política e transição para a democracia no país com forte crescimento das reivindicações sindicais e populares. Sob essa perspectiva serão analisados os movimentos sociais organizados na cidade, particularmente a atuação das pastorais sociais da Igreja, por meio das Cebcs- Comunidades Eclesiais de Base-, que neste período, juntamente com outros movimentos sociais, organizaram lutas e ações políticas que pressionaram pelo fim da ditadura militar, em consonância com a conjuntura política nacional.

**Palavras-chaves:** Redemocratização, Volta Redonda, lutas sociais.

**ABSTRACT**

The focus of this study is the struggles for redemocratization in Volta Redonda at the time between 1974 and 1979, when there was political opening and the transition to democracy in a country with significant growth of demands coming from labor unions and individuals. The social demonstrations organized in the city will be analyzed in this perspective, especially the action of the Catholic Church social ministry, which organized struggles and political actions at that time which forced the end of the military dictatorship through its Basic Ecclesial Communities and together with other social movements, according to the national political conjuncture.

**Keywords:** Redemocratization, Volta Redonda, social struggles.

---

<sup>1</sup> Mestre em História Social – Coordenador e Professor do Curso de História do UGB

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo abordamos as lutas da sociedade civil pela redemocratização em Volta Redonda, no período compreendido entre 1974 e 1979, correspondente aos governos Geisel e Figueiredo, recorte temporal que não se mostra aleatório, graças ao intenso processo de mobilização vivido na cidade neste período.

Em 1964 instalou-se um regime ditatorial no país que se estendeu até 1985. Nesses 21 anos, as liberdades civis e os direitos políticos foram restringidos em nome do combate ao comunismo e da modernização econômica, sob a égide do binômio segurança e desenvolvimento, que significava a inserção econômica dependente do país nos marcos do capitalismo internacional e o combate ao 'inimigo interno', o comunismo e suas manifestações, afastando as massas do processo político, garantindo-se a hegemonia das elites. (DREIFUSS, 1981)

O regime ditatorial brasileiro conheceu uma fase de crescente fechamento político e repressivo entre 1964 e 1968, quando a edição do AI-5 definitivamente implantou um regime de exceção. Entre 1974 e 1985 ocorreu um lento processo de abertura política, coordenado pelos governos Geisel e Figueiredo. Neste período a sociedade civil brasileira iniciou uma ativa luta política pela redemocratização. Gradativamente no país inteiro levantaram-se focos de contestação ao regime, imprimindo uma dinâmica própria a este processo de lutas sociais e políticas, ancorado na organização de diversos movimentos sociais, sindicais e políticos. A década de 1980 pode ser caracterizada pela abertura política e pela transição para o regime democrático, período de ressurgimento, mobilização e ascensão do movimento dos trabalhadores, que lentamente retomavam a arena política brasileira. (SKIDMORE, 1998)

Particularmente em Volta Redonda este processo foi revestido de grande vigor, haja vista que a sociedade civil local, apoiada pela Igreja Católica, liderou uma série de lutas e movimentos que representavam esta reivindicação popular. Neste contexto destaca-se a atuação das Comunidades Eclesiais de Base (Cebs) com seus diversos grupos de reflexão reunidos nas periferias da cidade, a organização das Comissões de Moradores locais (embriões das atuais associações de moradores), da Oposição Sindical Metalúrgica, dos Comitês pela Anistia Política, da fundação do PT, além dos movimentos grevistas e reivindicatórios do período

(greve dos peões-1979, greve dos professores-1979), que contaram com amplo apoio dos movimentos sociais locais.

## **2 VOLTA REDONDA: PALCO DE LUTAS SOCIAIS**

A cidade de Volta Redonda despontou no cenário político nacional em meados dos anos oitenta como um dos pólos centrais do chamado 'Novo Sindicalismo', de acordo com Mangabeira (1993), com a ocorrência de greves metalúrgicas em 1984, 1986 e principalmente 1988. (Veiga e Fonseca, 1989). Esse processo foi resultado da ação do Sindicato dos Metalúrgicos, que se tornou um dos mais combativos do país e também da Diocese local, comandada por D. Waldyr Calheiros, que coordenou um bem sucedido projeto de modernização da estrutura da Igreja com ampla inserção social, articulada nas Cebis e com ampla abertura aos movimentos sociais<sup>2</sup>.

A cidade nasceu como fruto do processo de industrialização viabilizado na implantação da CSN-Companhia Siderúrgica Nacional (1941) na Era Vargas, em decorrência da nova situação política reinante no país, que introduziu significativas mudanças no campo industrial, sob intervenção estatal. Graças à construção dessa siderúrgica, a cidade tornou-se símbolo de progresso e desenvolvimento.

A CSN esteve presente em quase todas as esferas da vida de seus operários, assumindo posições de controle da família siderúrgica, segundo Morel (1989). As relações da usina com a cidade começam a mudar em 1966 com a chegada de D. Waldyr Calheiros à diocese local, haja vista que esse bispo, em sintonia com as transformações operadas na Igreja, via Vaticano II, passou a defender os direitos dos mais pobres e dos operários. Nesse período ocorrerem diversos atritos envolvendo esse bispo e os militares, e ele articulou uma Igreja que se centrava decisivamente nos movimentos populares e sindicais, apoiando as lutas pela redemocratização em Volta Redonda

---

<sup>2</sup> Sobre esta questão veja: SOARES, 2001, BOFF, 1997, COSTA, 2001 e *Revista da Diocese de VR/BP- 75 anos Presente na Região Sul Fluminense*, 1999

### 3 A ATUAÇÃO DAS CEBS NAS LUTAS SOCIAIS

A participação da Igreja no tocante às lutas pela redemocratização é um consenso entre os historiadores. Skidmore (1998) destaca esse aspecto afirmando que a Igreja era a única instituição que podia elevar a voz contra o regime militar e ao mesmo tempo mobilizar seus membros espalhados por todo o país para tal empreitada.

Em Volta Redonda essas preocupações se tornam patentes na década de 1970, com a tônica explícita de reforçar o trabalho e a inserção social da Igreja na cidade<sup>3</sup>. Para atingir esse objetivo, estratégia foi estimular o surgimento de ‘grupos de base’ nos bairros, iniciando-se com capacitação de ‘agentes de pastoral’ envolvidos neste processo. Estes agentes terão um papel fundamental na implantação do projeto das Cebs, pois segundo Sidney (1995), a importância desses agentes reside no fato de que devem atuar no sentido de estabelecer relações entre as lutas particulares da comunidade e o jogo político geral. A integração dessas duas realidades, estanques na consciência das classes mais baixas, exige do agente de pastoral, um profundo conhecimento dos mecanismos de funcionamento própria realidade e também da situação vivida pelos grupos e comunidades de base, para que possa se estabelecer uma relação dinâmica entre uma esfera e outra.

A partir desses trabalhos, ajudando a criar uma consciência crítica frente à realidade, a Igreja tornou-se então o espaço por excelência de contestação ao regime em Volta Redonda. As reuniões dos diversos movimentos sociais e comunitários, em sua maioria, eram realizadas na Cúria Diocesana. Segundo militantes, à sombra da Igreja alguns grupos se formaram nesse período – Movimento de Mulheres, Movimento Contra a Carestia e Grupos de Mães.

No que tange a esses movimentos, convém assinalar que seus participantes eram basicamente indivíduos ligados à Igreja local, além de jornalistas, estudantes e professores, que, em razão do aparelho repressor instalado, exerciam uma participação restrita. Nesse período não haviam mobilizações de massa e poucas pessoas se envolviam em questões políticas por esta época (1969-1974). Posteriormente - com a luta pela Anistia, as Greves do Magistério e a

---

<sup>3</sup> Carta de D. Waldyr aos diocesanos, 18 de fevereiro de 1974

organização da Oposição Sindical -, o movimento redemocratizante em Volta Redonda ganhará notável força.

A discussão presente nas reuniões desses grupos se pautava na realidade social enfrentada pela população, como atrasos de ônibus, falta de saneamento básico, condições inadequadas de escolas, falta de iluminação, aumento de preços e precarização do setor de saúde<sup>4</sup>. A ditadura, com seus atos repressivos e incontestáveis, também fazia parte das questões que necessariamente deveriam ser discutidas, subsidiadas<sup>5</sup> e solucionadas o quanto antes.

Um dos grandes movimentos desse período foi o Movimento Contra a Carestia, também conhecido como Movimento do Custo de Vida, organizado a partir de 1972, em São Paulo e em outras capitais, fruto da articulação das Cebcs. Em 1980 foi realizado o I Congresso Nacional de Luta Contra a Carestia<sup>6</sup>. Na cidade de Volta Redonda, dentro do panorama geral dessas lutas, também foram organizadas passeatas e mobilizações populares. Uma comissão municipal do MCV foi criada na cidade no final dos anos setenta<sup>7</sup>, e contava com a participação de várias comunidades de base locais. Em 1981, definiu-se a criação de Comissões de Custo de Vida por bairros, apoiadas nas Cebcs.

Além das demandas sociais levantadas pela Igreja, a questão operária também se mostrava amplamente difundida nesse ambiente. Segundo o bispo diocesano: “(...) A Igreja no seu trabalho popular, faz um esforço para criar grupos de base junto aos operários, não só da Usina, mas também daqueles que vivem na região: os das empreiteiras, do comércio, etc, com que faz um trabalho conjugado.”<sup>8</sup>. Dentro dessa perspectiva, a Igreja realizava celebrações no 1º de maio em diversas comunidades (BD, maio de 1978), como no ano de 1979, na Comunidade N. Sr. das Graças no bairro Conforto, quando cerca de mil pessoas, numa celebração coordenada pela Oposição Sindical Metalúrgica, com a participação de várias outras forças sociais (Comitê Brasileiro pela Anistia, Comissão de Empregadas Domésticas,

<sup>4</sup> Vide Boletins Diocesanos 1978-19-80

<sup>5</sup> Os subsídios eram temas bíblicos que serviam de mote à meditação sobre a realidade social da população. Geralmente as comunidades preparam os próprios subsídios para reflexão nos grupos. Os responsáveis pelos subsídios procuram colocar situações, fatos da vida real do povo, para despertar o questionamento sobre a vida real e seus problemas. O que se procura é mergulhar na própria realidade. (*Boletim Diocesano*, julho de 1978)

<sup>6</sup> A fome no Brasil: o que se diz, o que se fez, o que fazer, João Bosco Bezerra Bonfim, disponível em [www.senado.gov.br/web/conleg/artigos/especiais/afomenoBrasil.pdf](http://www.senado.gov.br/web/conleg/artigos/especiais/afomenoBrasil.pdf), acessado em 23/02/2008

<sup>7</sup> Boletim Diocesano, nº 213, novembro de 1981, p. 07

<sup>8</sup> Jornal A Razão, Santa Maria, RS, 18 de junho de 1979, p. 06 e jornal Gazeta de Aço, 09 a 15/10/1981, p. 4 e 5

CEP- Professores, etc) comemoraram o seu dia de luta. Em 1980, as Cebcs uniram-se às várias entidades em Volta Redonda, num ato público realizado no pátio dessa Igreja, do qual participaram cerca de 600 pessoas<sup>9</sup>.

A participação da Igreja no meio operário era realizada por meio de seus núcleos operários - Juventude Operária Católica (JOC), Pastoral Operária (PO) e Ação Operária Católica (ACO) – que se reuniam sob a orientação de padres operários<sup>10</sup> (Jacques Dusquene, André, Pedro e Normando), que desenvolviam ações sobre a importância da mobilização por melhores condições de vida e trabalho. Sobre a atuação desses padres operários, vale destacar que segundo Soares (2001), começaram a atuar a partir de 1974 na comunidade São Sebastião, no bairro Retiro, formando grupos de agentes de pastorais. A chegada desses padres, via Missão de França<sup>11</sup>, encontrou respaldo por parte da diocese<sup>12</sup>, desenvolvendo assim um importante trabalho na região, sendo responsáveis pela articulação dos grupos acima indicados.

A experiência desses padres operários será interessante no processo de construção das Cebcs locais, pois o contato com os padres com o mundo do trabalho gerou uma rica experiência, que influenciou decisivamente as comunidades locais. Esses padres articularam os primeiros grupos de base na região, a partir da comunidade de São Sebastião, estendendo-se por várias outras comunidades próximas. Percebe-se a relação grupo e comunidade de base, surgindo as primeiras comunidades eclesiais de base na periferia, conforme os planos da diocese<sup>13</sup>, como as comunidades da Vila Brasília, Siderlândia, Açude, Belo Horizonte, Vila Mury, Jardim

<sup>9</sup> Boletim Diocesano, nº 121, 1978, p. 04; e nº 156, 1979, p. 01 e 02; e nº 179, 1980, p. 05

<sup>10</sup> A experiência dos padres operários nasce na França, na década de cinquenta, quando vários padres optam pela vida operária. Em 1954, seu projeto começa a encontrar barreiras junto ao episcopado francês, que os proibem de desenvolver qualquer vínculo sindical e trabalhar por mais de três horas. A metade deles se submete à pressão dos bispos, constituindo num retrocesso da experiência. VINCENT Gerald, Os católicos: o Imaginário e o Pecado. (PROST, 1998, p. 406.)

<sup>11</sup> Grupo de padres operários, originários inicialmente da França, que se organizaram numa articulação com dioceses francesas, realizando um projeto de evangelização no meio operário, em diversas regiões do mundo. Na década de setenta vários outros padres vieram para a diocese de Volta Redonda, desenvolver atividades pastorais com trabalhadores, como André Romary, Charles Genoud, Pierre Leboulanger, Jean Pierre Van Houcke, Bernard Turquet, Pedro Verges e Thiago Hahusseau. Muitos desses padres vieram para a diocese por intermédio do CEFAL – Comitê Episcopal França América Latina -, que intermediava o contato dos bispos locais com os padres-operários franceses. Em meados da década de oitenta, a maioria desses padres já havia deixado a diocese, retornando à Europa para continuar seu trabalho no Velho Mundo. Cf. arquivos da Cúria Diocesana e depoimento de Irmã Martha Dale e Boletim Diocesano, junho de 1990, p. 02

<sup>12</sup> Estes padres tiveram total liberdade de ação na diocese. Inclusive devido ao árduo trabalho na fábrica, eram liberados da responsabilidade de celebração de missas, batizados ou casamentos. Evidentemente tinham uma estrutura de vida diferente dos padres convencionais. Boletim Diocesano, nº 49, março de 1975, p. 04

<sup>13</sup> Vide Boletim Diocesano, setembro de 1974, nº 43, p. 05

Cidade do Aço, e muitas outras, à medida que o trabalho foi se espalhando por toda a cidade<sup>14</sup> e aumentando sua importância no trabalho pastoral e social, como atesta uma pesquisa realizada em preparação à 3ª Assembléia Diocesana em 1976. Segundo este levantamento, existiam em Volta Redonda cerca de 111 grupos congregando 1825 participantes, num universo de 291 grupos e 5075 participantes em toda a diocese.

Neste período, preocupadas com o problema de sua realidade imediata, surgiram as comissões de bairro, isto é, grupos de leigos que atuavam no bairro, organizando e buscando soluções para os problemas do lugar. Estes grupos foram os responsáveis pelo que Frei Álvaro Telhado<sup>15</sup> chama de 'sacralização do cotidiano'. Através da união do 'fato da vida' com o 'fato da Bíblia', torna-se possível, a partir da tomada de consciência de um fato cotidiano, avançar para o campo da consciência em relação a toda sociedade. Dada sua consciência religiosa, o cristão também se torna responsável pelos problemas do mundo.

Neste sentido dinamizam-se a formação dessas comissões nos bairros da cidade. D. Waldyr destaca a formação de diversas comissões de Justiça, de Visitas, de Atendimento, etc, nas periferias, enfocando o protagonismo dos moradores: '... é a própria população do bairro que procura resolver seus problemas com a sua participação'<sup>16</sup> Dessa forma, os membros da Igreja ultrapassam a fase inicial do espaço 'intra' religioso, ou seja, da organização da comunidade em torno do aspecto religioso, em que esta assume a centralidade da Igreja, para assumir o segundo passo, quando a partir do bairro, encaminha-se à ação concreta, visando à transformação do espaço cotidiano e também da sociedade.

As Cebs se articularam como formadoras do movimento popular em Volta Redonda. Souza (1992) destaca que, dentro das comunidades, nas periferias, nasceram essas 'comissões de bairro', que atuaram intensamente no espaço eclesial e no espaço político: Comissão de visitas, de denúncias, de formação e informação, de justiça, de acompanhamento da Câmara Municipal, etc, travando lutas por melhores condições de moradia, transporte, etc.

Uma pesquisa realizada pelo CERIS- Centro de Estatística e Religiosa e Investigação Social- no final dos anos setenta na cidade evidencia esta situação. De acordo com o levantamento do

<sup>14</sup> Vide Boletim Diocesano, nº 34/1974, 71/1976, e 85/1977

<sup>15</sup> Artigo do Boletim Diocesano, nº 91, janeiro de 1977, p. 10

<sup>16</sup>Folhas de Opção, número 03, junho de 1979

instituto, as comunidades contribuíram decisivamente para o nascimento de movimentos populares em defesa dos direitos coletivos, demonstrando possuir plena capacidade de se organizarem coletivamente diante de um fato que as afete. Essas comunidades, segundo a pesquisa realizada, desenvolveram também um importante trabalho de conscientização política, assumida agora como uma atividade própria de atuação das comunidades e não mais desvinculada de sua religiosidade<sup>17</sup>.

Na cidade inteira as Cebs organizaram protestos e denúncias. Os moradores da periferia, animados pelas comunidades de base, participam de várias lutas e mobilizações na cidade: passeatas, protestos, abaixo-assinados e panfletos contendo reivindicações populares tomam conta das ruas e avenidas<sup>18</sup>. O sucesso destas experiências motiva a população para a reivindicação de seus direitos e para a ocupação de espaços cada vez mais amplos. A partir de meados de 1978, as comissões de moradores transformam-se em associações de moradores com o objetivo de organizar a população nos bairros da cidade.

As comunidades de base cumpriram seu papel social, canalizando a insatisfação popular e fornecendo condições para organização e ascensão do movimento social em Volta Redonda. Elas desempenharam este importante papel na época da ditadura, porque foram as portadoras das reivindicações sociais, quando não se podia se organizar em associações e sindicatos. Nos bairros de periferia, as comunidades continuam lutando para conseguir melhorias e serviços públicos, e também participaram decisivamente no universo da política partidária, com a fundação do PT, que contou com ampla participação dos militantes católicos das Cebs

---

<sup>17</sup> 'A Concretização da Opção Preferencial pelos Pobres no Regional de Volta Redonda', Pesquisa CERIS, 1982

<sup>18</sup> O BD traz uma série de exemplos concretos que demonstram estas situações. Acontecem sempre num bairro periférico, onde o moradores se reúnem em torno do grupo de base para defender seus direitos ou os militantes do grupo, após diagnosticarem a realidade que os cerca, decidem tomar posições para solucionar os problemas da comunidade, mobilizando os moradores. Boletim Diocesano nº 137/138, 145, 151, 158, 157, 189, 165, de 1979 e Relatórios das comunidades enviados para pesquisa 'A Concretização da Opção Preferencial pelos Pobres no Regional de Volta Redonda', 1984. Isto também é evidenciado por Souza (1992) e Carta Aberta dos Moradores da Candelária, 1979.



e do bispo diocesano<sup>19</sup>, além do movimento sindical, com o fortalecimento da Oposição Sindical Metalúrgica, além da luta pela Anistia Política<sup>20</sup>.

#### **4 A ABERTURA POLÍTICA EM VOLTA REDONDA: A LUTA PELA ANISTIA POLÍTICA (1974-1979)**

A partir do golpe militar de 1964, houve constantes movimentos de resistência e de denúncia dos crimes da ditadura desenvolvido principalmente pelos grupos de familiares dos atingidos. Durante aqueles anos, mulheres e homens que ousavam criticar, opor-se ou integrarem-se aos movimentos de resistência às práticas militares, eram perseguidos, obrigados a viverem na clandestinidade ou no exílio.

Quando assumiu o poder em 1974, Geisel anunciou um processo de abertura política gradual, lenta e segura, mas para isso precisava de um sólido apoio militar, pois sem esse apoio e nenhum presidente conseguiria realizar qualquer mudança significativa. Embora Geisel e os castelistas tivessem conquistado com folga a sucessão presidencial, as forças armadas ainda estavam repletas de linhas-duras que não viam com bons olhos os planos do novo governo. Muitos desses militares estavam diretamente ligados à tortura. Geisel tinha que convencer os militares a retornarem para um papel mais profissional, abandonando as funções de polícia repressora. Entretanto, para ser legítimo perante os militares e combater a linha-dura, Geisel teria que agir com rigor contra os adversários do regime.

Geisel era fiel à idéia de Castelo Branco em relação ao golpe de 1964. Para ele, depois de um período governamental de emergência, o país deveria retornar à democracia representativa. Essas alusões sobre a redemocratização criaram uma série de especulações entre os adversários do governo, dentro da Igreja, no MDB, na Ordem dos Advogados e na imprensa. Essa possível redemocratização, essa liberalização gradual, encontrava alguns obstáculos: como transitar gradualmente de um regime autoritário para um sistema aberto? Haveria uma semi-democracia? Poderia haver um semi-hábeas corpus, uma semi-censura? A única coisa

---

<sup>19</sup> O bispo diocesano em diversas entrevistas defendeu a criação do Partido dos trabalhadores. Vide Opção, de 10 a 26/01/81 e Jornal Pé da Serra, inverno de 1982

<sup>20</sup> A participação das Cebis nas diversas lutas sociais do período está evidenciada nos relatórios da pesquisa 'Como está a opção pelos pobres em Volta Redonda', realizada pelo ISEER, coordenada pelo sociólogo Pedro de Olifveira em preparação para a realização da 8ª Assembléia Diocesana em 1982

certa era que Geisel e Golbery imaginavam uma abertura gradual e altamente controlada. (SADER, 1990, p. 31)

Nos anos 70, no auge da Ditadura Militar, a oposição desencadeou de maneira vigorosa a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita. Ao mesmo tempo em que os movimentos pela anistia se organizavam e evoluíam, explodiam as greves dos metalúrgicos, que lutavam basicamente por melhorias salariais, contra o arrocho fiscal e contra a carestia. Embora não houvesse de início muita coesão entre os vários movimentos, foi se desenvolvendo uma irresistível convergência em direção ao mesmo objetivo. Na atmosfera pesada do final de década, o movimento pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e as greves do ABC (Grande São Paulo) provocavam grande impacto e eram ao mesmo tempo exemplos estimulantes contra a opressão que circundava a população.

O Movimento pela Anistia foi fundado no Rio de Janeiro por um grupo de advogados de presos políticos em 1978. Poucos dias depois o movimento foi fundado em SP, composto por um conselho constituído por representantes de cada entidade ou categoria presente. Isto lhe deu um caráter de representação muito amplo. Essas entidades de representação de profissionais de classe média eram, naqueles anos, o grande e talvez único respiradouro democrático do país. A militância política de resistência à ditadura se fazia com muita vida entre jornalistas, médicos, advogados, professores, estudantes, arquitetos, artistas e intelectuais em geral. O movimento operário era representado pelas oposições sindicais, que apesar de muito combativas, tinham uma representatividade sempre restrita.

O setor progressista da Igreja Católica estava presente no Movimento através de organizações como a Comissão Justiça e Paz e as Cebis, que lutavam pelos direitos humanos, mas estavam também na base de muitos outros movimentos populares como o Movimento contra a Carestia, cujos membros, especialmente na periferia, iam de porta em porta, procurando conscientizar a população para lutar por melhorias nas condições de vida e contra a repressão.

Rapidamente o grito “ anistia ampla, geral e irrestrita’ se tornou uma palavra de ordem de todo o movimento democrático. Formavam-se CBAs em cidades grandes e médias. Para unificá-las nacionalmente foi formada uma comissão executiva dos movimentos de anistia. A

população esperava que a anistia viesse com a "queda" da ditadura militar. Não havia ainda uma conscientização da capacidade de resistência e a sobrevivência que ela teria.

Volta Redonda também se alinhou ao movimento pela Anistia que se concretizava no país. A cidade foi representada no Congresso Nacional pela Anistia, realizado em São Paulo, em novembro de 1978<sup>21</sup>. O Comitê pela Anistia foi fundado oficialmente em Volta Redonda em dezembro de 1978, como anunciou o jornal Opção em seu número de 2 de dezembro de 1978:

Será instalada em Volta Redonda, no dia 18 de dezembro, uma sessão regional do Comitê Brasileiro pela Anistia. Tendo como presidente de Honra o Bispo D. Waldir Calheiros, uma Comissão Provisória trata de sua organização inicial. (...) A instalação festiva dia 18 contará com a presença de diversas personalidades do país ligadas ao Movimento.

Segundo militantes do período, a partir do ano de 1976, foram realizadas reuniões na Cúria Diocesana pelo menos uma vez ao mês, com a participação de jornalistas, estudantes, operários e militantes da Igreja, que se reuniam para discutir e organizar ações do movimento pela anistia, como visitas aos presos políticos, panfletagens e mobilizações. Segundo Bedê, não foi um movimento com grande participação da massa, porque os movimentos sociais estavam começando a se organizar neste período na cidade. Uma das participações do grupo, um ato público para garantir o direito de posse da deputada Rosalice Fernandes na Assembléia Legislativa Estadual, realizado no Rio de Janeiro, em frente ao prédio da Assembléia, contou com a presença do Comitê pela Anistia, além de operários volta-redondenses, foi noticiada pela imprensa<sup>22</sup>.

Além disso, havia a participação nos atos e mobilizações realizadas em prol desta causa em nível nacional, e, inclusive, discutiam o destino dos presos que seriam libertos, auxiliando-os no que fosse necessário<sup>23</sup>. Segundo depoimentos, os militantes alugavam ônibus para visitar presos políticos no Rio de Janeiro, além de panfletagens. Segundo depoimentos de D. Waldyr, ele e outros bispos, D. Tomás Balduino e D. José Maria Pires, mantiveram uma rede de apoio que mantinha contatos com presos políticos, comunicando-se periodicamente por correspondência, dificultando dessa maneira as torturas e desaparecimento desses presos. O bispo colaborou também para que diversos militantes perseguidos pela ditadura deixassem o

<sup>21</sup> Opção, 02 a 08 de dezembro de 1978

<sup>22</sup> Opção, 30 de setembro a 06 de outubro de 1978

<sup>23</sup> Entrevistas realizadas com Elvi, Marlene Fernandez e D. Júlia.

país por uma conexão que contava com o apoio da Igreja da Foz do Iguaçu<sup>24</sup>. Apoiadas pelo bispo, a luta pela Anistia Política obteve eco na região também pela atuação da Igreja.

Atos e manifestos eram realizados a favor da Anistia, bem como discussões entre políticos sobre a valorização desta luta, inclusive pelo MDB. Uma celebração religiosa em apoio ao movimento foi realizada na catedral Nossa Senhora das Graças no dia 17/08/1979, por iniciativa do grupo Pró-Anistia de Volta Redonda. Esta celebração contou com a presença da secretária geral do CBA do Rio de Janeiro, com depoimentos de pessoas diretamente envolvidas nos atos de repressão. Foram exibidos um filme e uma peça teatral retratando a vida dos presos políticos. Ao término da reunião, um manifesto em favor da Anistia foi assinado por todas as entidades presentes<sup>25</sup>.

A Anistia veio em 1979, ampla demais. A ditadura submeteu ao Congresso um projeto de lei que anistiava tanto as suas vítimas quanto os seus algozes. Foi a chamada Anistia recíproca. Estavam anistiados todos aqueles que tivessem cometido "crimes políticos" - os subversivos - como também os torturadores que serviram de instrumento à sustentação da ditadura militar. A ditadura se auto-anistiava.

### **5 AS LUTAS SOCIAIS EM VOLTA REDONDA (1979-1985)**

O final da década de 1970 marcou uma mudança significativa na atuação das Cebis em Volta Redonda, com estas comunidades se articulando definitivamente com o movimento social e deixando de ser o único canal de expressão e insatisfação da sociedade civil. Neste contexto é importante destacar que o Brasil naquele final década, vivia um clima de grande mobilização marcada pela crescente participação popular. O movimento social da cidade organizou nesse período um Comitê em Solidariedade à Nicarágua Sandinista, um dos pioneiros do país. Segundo os entrevistados que participaram desse movimento suas ações englobavam o recolhimento de doativos, fundos venda de bônus e apoio político aos revolucionários sandinistas.

<sup>24</sup> Entrevista realizada em

<sup>25</sup> O evento foi acompanhado pela equipe de reportagem do jornal *Opção* e noticiado em 25 de agosto de 1979.

Neste contexto destaca-se a atuação dos professores da rede estadual e os ‘peões’<sup>26</sup> das empreiteiras que prestavam serviços na CSN que contribuem decisivamente para este esforço de forjar mudanças deflagrando históricas greves na cidade do aço.

### 5.1 AS GREVES DO MAGISTÉRIO

Um destacado movimento grevista deflagrado neste período foi o dos professores da rede pública municipal e estadual de ensino. No âmbito estadual foi organizado pelo Cep (Centro Estadual dos Professores), entidade fundada em 1977 com a sigla SEP (Sociedade Estadual dos Professores), que foi fundida em julho de 1979 com a Uperj (União Estadual dos Professores) e com a Aperj (Associação Estadual dos Professores), que tornando-se referência na luta dos educadores fluminenses.

Segundo o Sepe, em Volta Redonda, a organização dos professores remonta ao ano de 1978, quando começaram as discussões para organização do núcleo da cidade. Os locais de reunião eram as casas dos militantes e a Cúria Diocesana<sup>27</sup>. O movimento se fortaleceu e em 1979, quando o magistério público estadual deflagrou uma greve sem precedentes, a primeira de vários movimentos e manifestações daquele ano. Organizados no CEP (atual SEPE) e amplamente apoiados pela Diocese e outros grupos da igreja católica<sup>28</sup>, os professores estaduais de Volta Redonda aderiram a essa greve. Os estudantes da rede pública estadual de ensino, que também se julgavam vítimas do descaso do governo, solidarizaram-se com os professores<sup>29</sup>.

Como parte da luta, os professores organizaram várias manifestações públicas, no que foram acompanhados, em alguns momentos, pelos alunos. As manifestações eram assistidas pela polícia militar, que não hesitava em agir com violência, gerando repúdio por parte do professorado local (Boletim Diocesano, ano IX 1979 1ª quinzena de julho, nº 159)

<sup>26</sup> Maneira pela qual costuma se chamar os trabalhadores com baixa especialização em todo o país. Significa “(...) *aqueles que rodam e estão sempre no mesmo lugar*”, em referência à situação vivida pela grande maioria da classe operária brasileira. Os trabalhadores de Volta Redonda começaram a utilizar esta expressão a partir dos anos setenta. (CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, 1989, p. 15).

<sup>27</sup> Jornal Consciência de Classe, 30 anos de lutas, resistências e vitórias, 28/09/07. Outros locais de reunião eram as salas cedidas pelo MDB, na galeria Kennedy, na sede da associação dos economistas e no Sindicato dos Metalúrgicos (a partir de 1983)

<sup>28</sup> Vide Boletim Diocesano, 1979 e Carta de Apoio da ACO aos professores em greve-1979.

<sup>29</sup> Opção, 1 a 7 de setembro de 1979, p. 2

Outra manifestação do magistério teve bastante repercussão em Volta Redonda, mas dessa vez por obra dos professores municipais. Desde maio 1973, como sabemos, Volta Redonda era considerada Área de Segurança Nacional, tendo seu prefeito indicado pelos militares. No início do ano de 1980, o Cel. Aluizio de Campos Costa, então prefeito de Volta Redonda, apresentou aos professores municipais uma proposta de aumento salarial que em muito contrastava com o aumento vertiginoso do custo de vida do período. Insatisfeitos, os professores decidiram agir no sentido de um diálogo com o preposto militar, que no entanto, não aceitou as reivindicações da categoria. Os professores então decidiram deflagrar uma greve de advertência.

Essa paralisação ocorreu no dia 19 de maio, data da visita da Sra. Zoé Chagas Freitas, esposa do então governador do Rio de Janeiro. A comissão coordenadora da paralisação entregou a Sra. Zoé um memorial de reivindicações da categoria. Segundo Eloá Jane, uma das integrantes da comissão, a Sra. Zoé afirmou “que também era professora, e mesmo que declarássemos uma greve e ela fosse tida como ilegal, considerava nossas solicitações justas” (Opção, nº 205, ano IV, 24 a 30 de Maio de 1980)

Após esse contato, as professoras saíram em passeata pela cidade, a qual se estendeu da Praça Brasil até a Prefeitura. A passeata foi totalmente pacífica, contando com a presença de quase 400 professoras. À noite as professoras se reuniram novamente em assembléia, na Igreja Nossa Senhora Aparecida. Nesse novo encontro, tiveram a presença de diversos vereadores, que tentavam mostrar apoio. Foram discutidas novas formas de fortalecer o movimento e aventada a possibilidade do vice-governador do estado, Hamilton Xavier, interceder pelas professoras junto ao Cel. Aluizio, que havia declarado à imprensa local que “aceitar as solicitações das professoras, a essa altura das coisas, seria demonstrar fraqueza” (Jornal Opção, nº205, ano IV, 24 a 30 de maio de 1980). Essa frase evidencia o caráter linha-dura do seu governo, marcado pela intransigência na lida com as reivindicações que lhe eram apresentadas.

Um panfleto do MDB da época informava que o prefeito reagira à manifestação taxando o ato dos professores como subversivo e perigoso, chegando ao cúmulo de enquadrá-los nas alíneas b, e, e h do artigo 482 da CLT, que versavam, respectivamente, sobre “prostituição, obscenidade e imoralidade”; “conduta relapsa na produtividade”; e “indisciplina e

incontinência de conduta”. Com esse ato, o prefeito inicia uma verdadeira ‘caça às bruxas’, nomeando uma comissão de sindicância<sup>30</sup> no intuito de colher informações para demitir os professores que se enfileiraram na paralisação, não obstante serem concursados, resultando na demissão de cinco professoras e no afastamento de outras três, exoneração de três diretoras, punições para outras trinta e três professoras e o indiciamento de outras cinco em inquérito administrativo. A população, que apoiava as reivindicações das professoras, abominou as atitudes do coronel. Uma das professoras demitidas, Celi Vasconcelos, em entrevista concedida a um jornal local, declarou: “um dos momentos mais emocionantes que senti durante esse problema, foi quando uma aluna veio até a mim e disse que se eu quisesse, poderia comer e morar na casa dela que ela deixava” (Jornal Opção, 21 a 27 de junho de 1980). É notória a solidariedade da população em relação ao drama vivido pelo magistério municipal. Além dos alunos e familiares, outros grupos e entidades também deram apoio às professoras, como a Igreja Católica, representada pela figura do Bispo D. Waldyr, cuja frase “só a união dos fracos vence o medo provocado pelos fortes” tornar-se-ia o lema do movimento das professoras.

Foram realizados diversos atos pelo fim da repressão e em prol das reivindicações, como missas e cerimônias ecumênicas, manifestações de alunos e professores em frente à Prefeitura Municipal, atos públicos na Câmara Municipal e assembléias da categoria. A participação da Igreja junto aos professores grevistas impressionou o prefeito municipal, que de acordo com o Jornal Opção, mostrou-se surpreso com a movimentação das comunidades em defesa das professoras<sup>31</sup>.

A greve dos professores do estado em 1979 e a paralisação dos professores municipais em 1980 representam, de certa maneira, tentativas da sociedade civil em dar um basta ao descaso que a educação vinha sofrendo desde o golpe de 64. Na avaliação dos alunos, que também se empenharam na consecução das metas do professorado, as manifestações do magistério deveriam ser encaradas como lições de cidadania, como se depreende do trecho abaixo, extraído de uma reportagem do Jornal Opção:

---

<sup>30</sup> Comissão de sindicância composta pelos seguintes funcionários da PMVR: João Groke, Nélcio David de Almeida, José Olegário, Santos Ferreira (fotógrafo da Prefeitura) e João Batista (Presidente da Asvre). (Panfleto do CEP)

<sup>31</sup> . Opção, julho de 1980

No transcorrer do movimento, nós alunos, tivemos sem dúvida a mais valiosa lição de nossas vidas por parte de nossos professores, não uma lição de cuspe e giz, mas uma lição prática de coragem e perseverança (...) donde aprendemos que somos seres humanos com direito a lutar por uma vida digna.” (Jornal Opção 1 a 7 de setembro de 1979)

## 5.2 A Greve dos Peões

Dentro deste contexto, é imprescindível tratar da “greve dos peões”. Movimento sem precedentes na história de Volta Redonda e uma das greves mais importantes desse período na região, contando com forte apoio da sociedade civil, por meio de diversos grupos e entidades.

Os trabalhadores das empreiteiras que prestavam serviço para a CSN, os chamados ‘peões’, riginavam-se de diversos estados do Brasil. Os agenciadores responsáveis por contratá-los os convenciam sob promessas de salários dignos e ótimas condições de vida, mas quando chegavam a Volta Redonda - alguns sozinhos, outros com famílias inteiras – se deparavam com péssimas condições de trabalho, higiene precária, alimentação insuficiente e salários injustos.

A revolta e a insatisfação se acumulavam. Os peões não aguentavam a rotina de violência policial, principalmente da Guarda Interna (RANI) da CSN. O salário de fome, a alimentação escassa e muitas vezes deteriorada (denominada popularmente na época de lavagem), a água insuficiente e as péssimas condições dos alojamentos, tornavam a vida dos peões um verdadeiro tormento.

O Sindicato da Construção Civil, representante legal da categoria, era só mais um instrumento de manipulação dos trabalhadores. A Oposição Sindical, que experimentava um período de ascensão, também acabou se omitindo, é importante no entanto ressaltar que a greve dos peões ajudou no processo de crescimento da Oposição Sindical, fortalecendo a insatisfação crescente com a direção do Sindicato dos Metalúrgicos.

Nesse contexto, os peões não tinham voz, nem representatividade, e a insatisfação só crescia. A qualquer momento essa situação poderia explodir. Isso ocorreu no dia 15 de outubro de 1979. Uma confusão dentro da empresa Odebrecht, depois de um dia extremamente cansativo de trabalho, foi o estopim para a greve. O quebra-quebra se generalizou e os peões da Odebrecht decidiram entrar em greve, no que foram acompanhados pelos peões das outras



firmas, que aderiram à movimentação e saíram em passeata pelas ruas da cidade. Esse avanço de uma massa amotinada de peões assustou a cidade, que foi pega desprevenida. O comércio, por exemplo, fechou as portas em pânico. Cerca de 12.000 trabalhadores das firmas empreiteiras da CSN aderiram à greve. Para Souza, “os peões promovem uma greve que deflagra com características de revolta social e provoca um grande impacto sobre a vida local” (1992, p.155)

À época correram boatos de que alguns peões haviam sido assassinados no confronto com a polícia, mas nada foi confirmado, como se lê em reportagem do jornal *Opção*:

Apesar de oficialmente ninguém ter sido atingido pelo tiroteio da polícia, o peão Francisco de Assis Fales Feitosa, da firma Odebrecht, afirma que um companheiro seu foi baleado, com dois tiros, por policiais da CSN. Segundo ele, isso ocorreu na última segunda-feira, dia 15, quando teve início a rebelião. Mas até hoje não se sabe onde se encontra o seu companheiro (se internado ou morto) e nenhuma providência foi tomada para apurar o seu desaparecimento. (*Opção*, nº175, 20 a 26 de outubro de 1979).

Os grevistas reivindicavam um aumento salarial de 70%, melhores condições de alojamento e cantina, diminuição do preço das refeições, fim da violência policial (quase diária) e regularização de acordos salariais. A greve, que não fora deflagrada contra a Companhia Siderúrgica Nacional, terminou por afetá-la, principalmente no que diz respeito à expansão da Usina.

Como a greve não havia sido planejada, os peões tiveram que recorrer ao Bispo Dom Waldyr Calheiros<sup>32</sup>, que celebrava próximo à área do conflito, uma missa em solidariedade aos professores, que também estavam se movimentando em prol de melhorias para a educação. Os peões solicitaram auxílio ao Bispo e um lugar seguro para se reunirem e organizarem a greve. O bispo concedeu a Igreja Nossa Senhora Aparecida, onde os grevistas montaram seu secretariado e dividiram suas comissões. Desde o primeiro dia de greve a comunidade da Igreja Nossa Senhora Aparecida se solidarizou com a causa dos grevistas, garantindo a alimentação dos peões, já que as empresas estavam pressionando os grevistas de toda forma, inclusive cortando a alimentação para obrigá-los a voltar a trabalhar. No decorrer da greve todas as 42 comunidades da cidade também se organizaram em apoio aos grevistas, dando-

<sup>32</sup> Sobre a participação da Igreja vide *Jornal Agora*, número 01, 1979 e *Boletim Diocesano*, nº167, ano IX, 1ª quinzena de novembro de 1979

lhes condições de continuar lutando pelos seus direitos. Até as comunidades mais pobres da periferia participavam do fornecimento de alimentação.

Além do apoio maciço da Diocese de Volta Redonda, a greve também pôde contar com o apoio do CEP (Centro Estadual de Professores - Atual SEPE), do Movimento pela Anistia e de outros segmentos religiosos. Pessoas diferentes, de meios diferentes, preservando sua identidade, lutaram pelo que julgavam justo, passando por cima de desentendimentos e divergências em prol de um objetivo comum: a valorização do ser humano e a luta por seus direitos. Foi um momento de confluência dos movimentos sociais em Volta Redonda.

Esses grupos também tiveram um papel conciliador, evitando excessos e provocações por parte dos trabalhadores indignados, e tranquilizando a população, atemorizada com os boatos de que os grevistas iriam saquear casas e estabelecimentos comerciais. Os grevistas também tiveram ajuda do vereador Caruso que, com apoio de alguns poucos edis, ajudou na libertação de alguns peões presos nas confusões iniciais e na assessoria das reivindicações, já que o Sindicato da Construção Civil se omitiu totalmente.

Depois de muita resistência por parte do patronato, os peões conseguiram um acordo, cujos principais pontos foram: aumento salarial, diminuição no preço das refeições, novos alojamentos (mais confortáveis), meio de condução adequado (já que eram transportados em caminhões de carga, sem qualquer tipo de segurança), tolerância de 10 minutos para batida do ponto e substituição da Guarda Interna, que não poderia mais andar armada. A greve dos peões terminou no dia 22 de outubro de 1979.

O então delegado regional do trabalho, o Sr. Luiz Carlos de Brito, afirmou que “se os peões conseguiram alguma coisa, que agradeça à Igreja Católica, especialmente em termos de diálogos” (Jornal Opção, nº176, ano IV, de 27 de outubro a 2 de novembro de 1979). Essa declaração se deu em razão do caráter explosivo da greve, que por não ter sido programada, careceu, a princípio, de lideranças. Na contramão da afirmação do delegado, a Diocese avaliou:

(...) todo mérito da greve é credenciado exclusivamente aos peões. Foram eles que sentiram a fome, os maus tratos, um salário deteriorado, e tiveram coragem de denunciar, de modo inusitado, a exploração, a opressão e a injustiça que sofriam. São eles os bem-aventurados que têm fome e sede de

justiça. (Boletim Diocesano, nº167, ano IX, 1ª quinzena de novembro de 1979)

Com efeito, a greve se apresentara de forma inusitada, pois a falta de lideranças e de uma representatividade ativa deixara os peões à mercê das firmas empreiteiras e da Companhia Siderúrgica Nacional. A população não tinha a mínima noção da realidade degradante em que os peões viviam, como a própria Igreja Católica afirmou “(...) fomos pegos de surpresa. Reconhecemos que estávamos por fora dos problemas dos peões” (Boletim Diocesano, nº165, ano IX, Outubro de 1979). Contudo, foi justamente essa carência de líderes e representação sindical que outorgou legitimidade à greve. A movimentação surgiu de forma espontânea, explosiva, como reação à exploração vivida cotidianamente pelos peões. A atitude da Igreja em credenciar o mérito aos grevistas corrobora esta perspectiva de protagonismo dos peões, que assumiram o risco das conseqüências que poderiam advir da greve que organizaram.

Aqueles trabalhadores pobres e ignorantes, pejorativamente rotulados de peões, descobriram que tinham força e que podiam lutar por melhorias. Aqueles homens entenderam que deveriam levantar a cabeça e assim abriram um leque de novas possibilidades para o movimento operário da Cidade do Aço. Mesmo com as suas limitações, a greve empreendida pelos peões foi um marco na luta dos trabalhadores de Volta Redonda. Segundo o bispo diocesano, “ (...) a greve foi mais um grito de revolta do que uma greve mesmo. Foi mais uma sublevação do que uma greve organizada”<sup>33</sup>

Ademais, a greve dos peões deve ser destacada pela conjuntura em que se inscreveu, propiciando a convergência dos muitos grupos então organizados pela sociedade civil, que foram além das diferenças e entraram em sintonia para apoiar a agenda de reivindicações de uma categoria desvalorizada que clamava por dignidade. O bispo comenta o protagonismo da greve: “ (...) o mérito foi dos peões, foram eles que passaram o risco, foram eles que viram que iriam perder o emprego. Mas não agüentaram mais a injustiça (...)”<sup>34</sup>.

<sup>33</sup> Jornal Agora, número 01, 1979

<sup>34</sup> Jornal Agora, número 01, 1979

## 6 A ORGANIZAÇÃO DA OPOSIÇÃO SINDICAL

O Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda foi criado em 1946. Apesar de grande parte de seus dirigentes colocar em segundo plano a militância e a organização dos trabalhadores, o sindicato, durante o período da sua fundação até surgimento da Oposição Sindical, não foi de todo passivo, chegando a liderar movimentos importantes em defesa do reconhecimento dos direitos concedidos pela CLT.

Nos anos de 1980, a experiência da luta sindical em Volta Redonda, revelou-se um dos vitoriosos modelos de construção do “Novo Sindicalismo” segundo Mangabeira (1993), tornando-se o Sindicato local uma referência de lutas no país. Destaca-se sobretudo o papel de liderança e centralidade que este assumiu nos movimentos sociais locais. A conquista do sindicato por setores progressistas era uma das estratégias para fortalecimento dos movimentos sociais na cidade, alavancando as mobilizações populares nos anos oitenta.

A trajetória do Sindicato remonta ao ano de 1943, com a fundação do Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Barra Mansa, fortemente ligada ao sindicalismo corporativo explicitado pelo Estado Novo (MONTEIRO, 1995) Segundo Pereira<sup>35</sup> a “superação” desta primeira fase teria habilitado os metalúrgicos de Volta Redonda a uma aproximação com o novo sindicalismo e com a Central Única dos Trabalhadores (CUT), no contexto das lutas pela redemocratização nas décadas de 1970 e 1980

Em razão do golpe militar de 1964, o Sindicato dos Metalúrgicos, permaneceu sob intervenção do Ministério do Trabalho até 1973. Neste ínterim, a diretoria ficou nas mãos de interventores nomeados pelo mesmo ministério. Ao cabo deste período de intervenção, o sindicato voltou a ter eleições livres para a diretoria. Mas só um grupo, liderado por Waldemar Lustosa, funcionário da CSN sem passado político claro, se apresentou para as eleições, contando com discreto apoio da Igreja, vencendo as eleições e mantendo-se no poder até 1983 (MOREIRA, 2000).

<sup>35</sup> PEREIRA, Sérgio Martins. Simpósio Temático – Trabalhadores: cultura e instituições de classe: *A trajetória de uma liderança: história de vida e ação sindical em Volta Redonda*, XXIII Simpósio Nacional de História

A direção de Lustosa era totalmente burocrático, em sintonia com a estrutura de funcionamento dos demais sindicatos da época. O assistencialismo era prioritário e a militância era deixada de lado, característico desse modelo sindical segundo Mangabeira (1993)

Lustosa conquistou três mandatos consecutivos, perpetuando-se na presidência de 1973 a 1983. Suas vitórias, cumpre dizer, não eram fruto do apoio do operariado, todavia consequência da falta de alternativas dos metalúrgicos, que viviam num clima de permanente insegurança. Essa situação começa a mudar a partir de 78/79, com o aparecimento do novo sindicalismo no Brasil e o surgimento em Volta Redonda, do Grupo de Oposição Sindical em 1979.

Esse grupo de oposição nasceu dos encontros regulares promovidos por operários da CSN e de outras companhias que tinham alguma experiência em movimentos sociais, contando com forte apoio da Igreja - como a Pastoral Operária e Ação Católica Operária – ou na vida partidária do período – alguns estavam vinculados ao MDB, partido de oposição ao regime. A Oposição Sindical reuniu operários de diversas origens, muitos deles ainda desconhecidos, como Juarez Antunes, que apesar da inexperiência sindical, tinha carisma e potencial.

È importante destacar o papel desenvolvido por Dom Waldyr Calheiros. O seu trabalho na diocese de Volta Redonda e Barra do Pirai foi fundamental porque fortaleceu as atividades das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), estimulando a criação de grupos de base junto aos operários<sup>36</sup>, além da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO), organizações que foram bem sucedidas na promoção da ligação entre a Igreja e o movimento operário, e de onde saíram muitas lideranças que ajudaram a reformular o sindicato (Mangabeira, 1993). Segundo o bispo a Igreja deve “ (...) incentivar a atuação dos trabalhadores nos instrumentos que o Estado lhe disponibiliza para reivindicar e se defender (...)”<sup>37</sup>

A Oposição Sindical disputou as eleições para a diretoria em 1980, saindo derrotada do pleito. A reeleição do candidato da situação foi marcada por denúncias de fraudes, as quais teriam

---

<sup>36</sup> Jornal A Razão, Santa Maria, RS, 18 de junho de 1979, p. 06

<sup>37</sup> Pasquim, 07 de dezembro de 1978

permitido que Lustosa e seu grupo continuassem por mais três anos na direção do sindicato. Depois da derrota, a Oposição Sindical intensificou seu trabalho dentro da CSN, com boletins diários e semanais, discussões sobre o cotidiano metalúrgico e delações das inúmeras irregularidades ocorridas na usina. Todo esse trabalho em prol da sindicalização ajudou a criar um ambiente de mobilização dentro da companhia, nunca antes visto.

Em 1983, uma nova eleição sindical é convocada e cinco chapas se apresentam. A gerência da CSN incentivava as divergências como forma de reação ao crescimento da militância dentro da usina, além de apoiar as chapas de operários não-militantes. A estratégia vingou, afetando gravemente a Oposição Sindical, que por razões programáticas se dividiu no processo de formação das chapas.

As duas chapas saídas da Oposição Sindical eram ligadas ao PT: a “Chapa 4” contava com muitos operários vinculados à Igreja e outras organizações de esquerda, enquanto a “Chapa 5”, liderada por Juarez Antunes, era contrária à Igreja. Em virtude dos acentuados conflitos que se sucederam ao longo da disputa, três votações foram realizadas. Após a terceira votação, a chapa de Juarez Antunes foi declarada vitoriosa com 7.060 votos, contra 1.969 votos de Lustosa.

Em 9 de Setembro de 1983 a Oposição Sindical tomava posse no Sindicato dos Metalúrgicos. A maior parte da diretoria era composta por jovens inexperientes, mas entusiasmados. As divergências dentro da oposição foram momentaneamente esquecidas em nome de uma efetiva transformação do sindicato, cuja estrutura seria inspirada no Novo Sindicalismo, modelo de organização sindical em voga à época. Juarez Antunes assumia a direção do Sindicato e entre os quatro presidentes eleitos entre 1974 até 1995, seria a única liderança não “formada” sob a influência direta da Igreja Católica.

A princípio muitos foram os sobressaltos, pois além de um sistema administrativo complexo, a diretoria recém empossada era inexperiente. As modificações planejadas para transformar o sindicato, que até então fora eminentemente burocrático, exigia, além de conhecimento, prática. Um mês após a posse da nova diretoria, o sindicato filiou-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT), que o impostou numa orientação mais à esquerda. Algum tempo depois

Juarez Antunes se tornou membro do comitê executivo da CUT, ao lado de Lula e Jacob Bittar.

## 7 CONCLUSÃO

No início dos anos 1970, o país vivia o período mais truculento da ditadura militar, os chamados ‘anos de chumbo’ dominavam a cena política nacional. Gradativamente, com a crise econômica do ‘milagre econômico’, o regime apresentava os primeiros sinais de esgotamento. A abertura política engendrada por Geisel em 1974 começava se delinear e as lutas pela redemocratização começavam a acontecer em todo o país.

Em Volta Redonda, cidade dominada pelo aparato militar e com forte presença da estatal CSN, esse processo se desenvolve inicialmente de maneira tímida, porém cada vez mais vigorosa, contando com forte participação da Igreja, que capitaneada por D. Waldyr Calheiros, torna-se a porta-voz e organizadora dos movimentos sociais da cidade. De seu seio articularam-se Comunidades Eclesiais de Base, que fornecem condições para a organização de grupos de reflexão, grupos de base, comissões de moradores, e diversas comissões comunitárias, que aliadas ao movimento social, articulam lutas sociais na cidade como a Luta contra a Carestia, pelos Direitos Humanos, Contra as Arbitrariedade Policiais, Anistia Política, Oposições Sindicais, etc.

Nos anos oitenta a cidade já possuía uma rede de movimentos sociais organizados, com associações de moradores espalhadas por toda a cidade, o Centro Estadual de Professores (CEPE), Clube de Mães em diversos bairros (bairros Jardim Belmonte, Belmonte, Retiro, Caixa D’água), Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, Grupo Feminista de Volta Redonda, Oposição da Construção Civil, Oposição Sindical Metalúrgica, além do Sindicatos dos Engenheiros, etc<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Relatório articulação de Movimentos Populares em Volta Redonda, 20 de setembro de 1981

Neste período a cidade se notabilizará pela repercussão dessas lutas, fortalecida pela conquista do poderoso Sindicato dos Metalúrgicos em 1983, pela Oposição Sindical. Todo esse processo bem sucedido de lutas sociais, no entanto foi gestado na longínqua década de 1970, quando corajosos militantes da Igreja e do movimento social ousaram enfrentar as dificuldades da ditadura, da perseguição política, do desemprego e do medo para lutar por um país democrático socialmente justo, em sintonia com as lutas que se travavam em todo país nesse período. Esses militantes do meio eclesial e social foram os responsáveis pela trajetória das lutas dos anos oitenta na cidade. Esse é um dos objetivos desse trabalho, resgatar essas lutas que ficaram escondidas, e que agora são lembradas e revistas, em tributo de todos os lutadores daqueles tempos heróicos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 5. ed., 1989.

CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. **O Arigó: O Pássaro que Veio de Longe**, Coleção Trabalhadores em Luta, n. 1, CEDI, Rio de Janeiro, 1989

COSTA, Alkindar. **Volta Redonda-ontem e hoje**, 3. ed., Volta Redonda (RJ): Grêmio Literário de Autores Novos, 3 ed., 1992

COSTA, Célia Maria Leite, e et al (orgs.). **O bispo de Volta Redonda: memórias de Dom Waldyr Calheiros**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

DREIFUSS René. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis, Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995

MANGABEIRA Wilma. **Democracia e política: os dilemas do novo sindicalismo em Volta Redonda**, Anpocs, Relume-Dumará, 1993

MONTEIRO Geraldo. **Sindicato dos metalúrgicos de Volta Redonda: 50 anos brasileiros**. Rio de Janeiro, FSB Comunicações, 1995

MOREIRA, Regina da Luz. **CSN Um sonho de aço e ousadia**. Rio de Janeiro, Iarte, 2000.

PIMENTA, Solange Maria. **A estratégia da gestão: fabricando aço e construindo homens, o caso da Companhia Siderúrgica Nacional**. 1988. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.



SIDNEY, Jairo C. “Igreja e Mobilização Popular’ In **Dossiê CPV-1985**, Comunidades Eclesiais de Base e Movimento Popular, p. 11

SKIDMORE, Thomas. **Uma história do Brasil**. Trad. Raul Fiker. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_, **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Trad. Mário Salviano Silva. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

SOARES, Paulo Célio. **Cebs: a construção de uma nova maneira de ser Igreja: o nascimento e organização das comunidades eclesiais de base em Volta Redonda (1967-1979)**. Dissertação (Mestrado) História Social. Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2001.

SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. **Pelo espaço da cidade: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda**.1992. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.



UGB  
FERP

The logo features a stylized blue and purple emblem above the text 'UGB' and 'FERP'. The emblem consists of a central vertical element with a curved top, resembling a chalice or a stylized 'U' shape. The text 'UGB' is in a large, blue, serif font, and 'FERP' is in a smaller, light blue, sans-serif font below it.